

Avaliar e planejar: reflexões sobre a ação docente na diversidade

Anna Augusta Sampaio de Oliveira

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – Marília.

Andréa Carla Machado

Doutora em Educação Especial. Pós-doutoranda na Universidade Federal de São Carlos.

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

Doutora em Educação Especial. Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.

Maximizar o envolvimento dos estudantes é parte de um modelo interativo de ensino, no qual o conhecimento é construído nesse processo. É claro, o ensino e a aprendizagem interativos não são criados a partir do nada; eles consistem no entrelaçamento entre o conhecimento do conteúdo que os professores fornecem aos estudantes por meio de perguntas ou pelo registro das ideias dos mesmos. À medida que os estudantes se envolvem em atividades inclusivas de maneiras significativas, garantimos a estimulação e conexões entre os conteúdos ensinados.

Nessa direção, acreditamos que um dos desafios para os professores é afirmar: *“sei que ensinei isso”,* mas *“como posso saber em que nível e de que forma isso foi aprendido?”.* A resposta está direcionada à exploração e ao levantamento das melhores formas de descobrir o que os estudantes conseguem fazer e usar essa informação para planejar sua prática. Assim, a essência do planejamento está relacionada à avaliação eficaz e, deste modo, esses elementos se unem para cumprir tal proposta. A utilização de uma sistematização para estruturar as suas atividades auxilia os professores a conhecer melhor e a compreender as habilidades, singularidades e os estilos cognitivos (traços individuais a partir dos quais elaboram uma informação) dos seus estudantes à medida que eles avançam no currículo.

Diante disso, é importante que os professores vejam os estudantes com base em um modelo fundamentado nos pontos fortes, o que pressupõe a identificação de habilidades. Ao operarem a partir desse modelo, os professores direcionam os seus estudantes sobre as áreas em que eles se destacam, elevando assim outras possibilidades de ensino.

A avaliação dos estudantes pode acontecer de diversas formas e em qualquer parte do processo de aprendizagem. Por exemplo, pode ser realizada

antes de introduzi-los a um conteúdo novo, enquanto estão fazendo o levantamento dos conhecimentos prévios numa situação de aprendizagem, ou quando eles criam produtos para mostrar o que aprenderam. A avaliação também pode ser dada ao final de uma unidade de estudo, do bimestre, do semestre ou do ano letivo. Ela pode acontecer por meio de avaliações informais, de informações coletadas pelo professor (como observações, conversas, interações) ou por meio de avaliações formais (como jogos, testes, provas finais); ou ainda, por meio de um trabalho em grupo de longo prazo, de projetos e de apresentações em aula, e certamente inclui os exames padronizados local, estadual (Saresp), nacional (Enem, Prova Brasil) ou mundial (PISA).

Cabe aqui mencionar duas abordagens complementares relacionadas à avaliação: avaliação formativa e avaliação somativa. A primeira ocorre quando os professores levam em conta o que os estudantes fazem diariamente em sala de aula, ou seja, como respondem e fazem perguntas e como trabalham com os demais. Essas informações podem ser integradas ao planejamento. Já a segunda, é uma abordagem contínua e permite que os professores monitorem a aprendizagem do estudante, que ocorre ao final de um período de tempo (uma semana, uma unidade, um bimestre, um semestre etc.), averiguando o progresso.

Modelo de instrumento – Avaliação formativa

As informações obtidas por meio das avaliações somativas revelam o que um estudante sabe ou não, e são também utilizadas para o planejamento. Assim, para maximizar a eficácia do ensino, ambas as abordagens de avaliação devem ser aplicadas. No quadro 1, apresentamos um modelo de instrumento para o registro de acompanhamento relacionado à avaliação somativa.

Quadro 1 - Exemplo de Instrumento de Registro de Acompanhamento do professor em sala de aula

NOMES (nomes dos estudantes)	Pontos fortes	Área em que precisa melhorar	Estratégia para atender o estudante	O que observar na próxima vez

Fonte: elaborado pelas autoras.

Exemplo de instrumento

Para melhor compreender o uso desse instrumento em sala de aula, apresentamos um exemplo com dados dos estudantes na aula de História.

Quadro 2 - Exemplo Instrumento de Registro de Acompanhamento do professor em sala de aula

NOME	Pontos fortes	Área em que precisa melhorar	Atividades que serão dadas aos estudantes	O que observar na próxima vez
Alice	Facilidade de aprendizagem por imagens (visual)	Produção escrita	Modelo de mapas conceituais de ensino escrito por tópicos importantes relacionados ao conteúdo	Construção de tópicos que podem ajudá-la na organização da escrita

Fonte: elaborado pelas autoras.

Portfólios

Outras duas propostas de avaliação referem-se aos portfólios dos estudantes e aos registros dos professores, que podem garantir com eficácia o acompanhamento do professor em relação aos seus estudantes. Eles podem ser utilizados em todos os anos e disciplinas e dão ao professor opções diversas para descobrir o que os estudantes sabem sobre um determinado conteúdo proposto no currículo.

No entanto, outro fator significativo na avaliação das necessidades dos estudantes é avaliar o ambiente escolar, pois corrobora o planejamento de ensino e contém informações importantes e necessárias para o entendimento do contexto escolar. Elaborar a avaliação dos estudantes não é uma atividade fácil.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de categorias que podem estar presentes em um planejamento considerando-se a avaliação do ambiente escolar. Neste contexto, o gestor pode contribuir ofertando informações ao professor sobre toda a situação institucional. As categorias são:

- Planejamento de ensino (como se elaboram as unidades de programas, que tipo de ajustes os professores faz, de que modo organizam as atividades de aula etc.);
- Normas que regulam a convivência na escola e na sala de aula;
- Sistemas de avaliação e de acompanhamento do progresso;
- Expectativas curriculares dos professores;
- Organização e participação dos professores;
- Grau de reflexão sobre a própria prática docente;

- Descrição da escola, da sala de aula, dos principais objetivos curriculares e das características dos estudantes;
- Descrição dos aspectos organizacionais (horários, conteúdos curriculares da disciplina ministrada etc.);
- Currículo seguido pelo estudante no ano/série;
- Atividades pertinentes ao currículo em espaços e tempos diferentes ao da escola, como as do programas “Cultura é Currículo” e “Lugares de Aprender” da SEE/SP, que o estudante participa.¹

¹ Por essa razão o investimento na análise do Projeto Político Pedagógico empreendido durante a disciplina D03 “Gestão Democrática e Projeto Pedagógico

Condições para o ensino

Todos estes aspectos informam ao professor as condições nas quais ocorrerá o ensino e os conteúdos de aprendizagem e são, portanto, fatores a serem considerados no planejamento. Por exemplo, ao descrever o ambiente da sala de aula, a sua estrutura e organização, o professor poderá identificar os aspectos que são facilitadores ou dificultadores para a aprendizagem. Aspectos simples podem ser muito significativos para que o professor realize o planejamento do ensino, como, por exemplo, analisar a disposição das carteiras e questionar: propiciam a interação e a colaboração entre os estudantes? Permitem, da forma como estão dispostas, que o professor explore adequadamente o conteúdo que irá ministrar? Diminui ou possibilita a dispersão dos estudantes? A mesma reflexão pode ser feita ao pensar nos materiais ou recursos utilizados para o ensino: são interessantes? Apoiam o conteúdo? Fazem parte do interesse dos estudantes?

Essas questões devem ser consideradas no planejamento do ensino para que seja propiciador da aprendizagem, considerando-se que o avanço nos processos de desenvolvimento e de aprendizagem é possível quando existe a influência dos professores e gestores. Isso significa que não há progresso sem a ação pactuada ou participação colaborativa desses membros envolvidos no contexto escolar. É necessário determinar o perfil compartilhado dos apoios de que precisa um estudante, e o que constitui a base principal para promover a independência, relações, contribuições e participação escolar.

Isso posto, a equipe escolar deve ser flexível e contemplar a utilização de muitas formas de avaliação, para assegurar que todos os estudantes sejam capazes de demonstrar os seus conhecimentos e as suas habilidades.

No entanto, é salutar que relevem de modo singular a importância da preparação da avaliação, lançando mão do planejamento e do enfoque no perfil cognitivo-linguístico de seus estudantes.

Planejar e avaliar no contexto inclusivo: quais procedimentos utilizar?

Alguns procedimentos de avaliação foram inicialmente apontados na tentativa de resgatar formas abertas e ao mesmo tempo direcionadoras para a ação do professor e, além disso, reafirmar a relação intrínseca entre avaliação e planejamento, na qual uma não se dá sem a outra, ou seja, para ensinar é preciso planejar e para planejar é preciso avaliar. Talvez seja esta uma obviedade pedagógica: todo professor ou gestor sabe disso! É verdade, mas entre o saber e o fazer e entre o que se teoriza e o que se aplica observam-se distanciamentos que se transformam em verdadeiros abismos.

A prática inclusiva nos desafia a pensar formas de avaliação e planejamento que permitam o trabalho docente na diversidade, uma vez que estamos falando de múltiplas diferenças que são incorporadas pela escola, desde aqueles que possuem dificuldades de aprendizagem por fatores diversos até aqueles que possuem deficiências, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades. Da mesma forma, em todas elas existem diferenças intensas na forma de aprender, ou seja, nem todo aquele com deficiência intelectual ou visual, por exemplo, aprende da mesma forma, ao mesmo tempo. Portanto, a diferença é inerente ao desenvolvimento humano e a escola contemporânea se vê frente à heterogeneidade na forma de aprender. Assim, não há como seguir um rígido padrão de ensino, o que não significa negar a necessidade do planejamento.

Isso também nos remete a outro ponto: não basta conhecer o diagnóstico do estudante ou sua condição primária de desenvolvimento. Embora isso seja importante, é insuficiente para o planejamento didático de aula. Portanto, a escola se sustenta em outros referenciais ou indicadores para avaliar seus estudantes, sejam quais forem suas características. Indiscutivelmente, o referencial para a avaliação escolar é o *currículo* da série ou ano que o estudante está matriculado, pois nele estão dispostos os conteúdos que devem ser aprendidos por todos, mas é preciso que esteja articulado ao desenvolvimento cognitivo e ao ritmo de aprendizagem. Alguns estudantes público-alvo da educação especial ou com dificuldades de aprendizagem, por suas características, podem precisar de adequações mais significativas na proposta curricular para que se garanta o desenvolvimento psíquico e da personalidade, permitindo autonomia para o pensar e o fazer.

Não é tarefa fácil, mas podemos nos utilizar do conhecimento teórico acumulado até agora e superar uma visão restrita de avaliação (como se avaliar fosse meramente medir ou mensurar a aprendizagem). Precisamos ir além, como já apontamos. É preciso superar uma avaliação de produto para avançar numa avaliação de *processo*.

Avaliação processual

A avaliação processual exige o exercício docente da observação das capacidades dos estudantes, que pode ser realizada no cotidiano da sala de aula, por meio de atividades específicas, com a proposição de tarefas com objetivos avaliativos determinados. No entanto, é absolutamente necessário que o professor utilize um referente de avaliação e uma forma de registros que possibilitem o acompanhamento da aprendizagem do estudante. Essa é uma

opção para conseguir perceber de forma mais clara as condições de aprendizagem daqueles com dificuldades ou dos estudantes público-alvo da educação especial. Neste ponto, talvez duas perguntas se imponham: qual referente usar e como fazer o registro?

Esse são dois pontos importantes e determinantes para a realização de uma avaliação processual que possibilite a elaboração de um planejamento didático. Sem dúvida nenhuma, o referente para a avaliação é o *currículo*, uma vez que o objetivo do ensino inclusivo é possibilitar a todos a aprendizagem. Estes referentes são, justamente, as habilidades esperadas em cada bimestre e em cada disciplina conforme previsto no Currículo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010). No entanto, não podemos perder de vista que o currículo é a referência para a aprendizagem, o que não significa que todos devem aprender tudo da mesma forma, mas cabe ao professor pensar em estratégias diferenciadas que possam atender às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes.

Como poderia fazer o registro dessas habilidades? Como organizar a avaliação? Como perceber o processo de aprendizagem?

Referenciais baseados no currículo

Avaliação e aprendizagem são temas complexos e difíceis. Por isso, sugerimos uma forma específica para que cada professor construa o seu referencial com base no currículo e nas áreas que o estudante apresenta maiores dificuldades.

A avaliação deve nos possibilitar conhecer o que o estudante sabe e, além disso, devemos conhecer o que ele faz com ajuda. Em outras palavras, a habilidade que está em desenvolvimento, para planejar com o objetivo de fazê-lo avançar no seu conhecimento e realizar com independência a habilidade que precisa com ajuda. No sentido da exemplificação, sugerimos uma proposta de Referencial de Avaliação Curricular (RAC).

No referencial que apresentaremos a seguir, na primeira coluna da tabela estão as habilidades esperadas de acordo com as propostas do Currículo de Língua Portuguesa (SÃO PAULO, 2010). A diferença é saber o que estudante público-alvo da educação especial (ou aquele com dificuldades) realiza satisfatoriamente, com ajuda, ou se não realiza. A tabela contém, ainda, a indicação pelo professor dos recursos ou materiais que o estudante necessita. Caso o estudante esteja muito distante do que se espera no ano em que está matriculado e os indicadores apontaram para a não realização (NR) em todos os descritores, o professor deverá usar o espaço para observações para descrever a condição na qual o estudante se encontra, mas evidenciando-se suas possibilidades. No caso da componente de Língua Portuguesa, descrever quais suas competências nessa área curricular. Por exemplo: reconhece o personagem principal de uma narrativa, escolhe textos de seu interesse para leitura, procura informações complementares em figuras ou imagens, produz texto simples ou oral etc.

Referencial de Avaliação Curricular (RAC)

A tabela 1 mostra um exemplo de um Referencial de Avaliação Curricular (RAC). Suponhamos que se trate de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TGD/TEA), matriculado na sala comum do 6º ano do Ensino Fundamental, com nome fictício de Frederico, para o qual se utiliza este Referencial de Avaliação Curricular (RAC). Poderíamos ter a seguinte situação de aprendizagem (como suposição), relacionada ao componente de Língua Portuguesa, do 1º bimestre.

Tabela 1 - Condição de aprendizagem em LP de Frederico por meio do Referencial de Avaliação Curricular (RAC)

Habilidades Esperadas	RS	RC	NR
1º BIMESTRE			
Saber procurar informações complementares em dicionários, gramáticas, enciclopédias, internet etc.	X		
Selecionar textos para a leitura de acordo com diferentes objetivos ou interesses (estudo, formação pessoal, entretenimento, realização de tarefas etc.).		X	
Analisar a norma-padrão em funcionamento no texto.			X
Reconhecer o processo de composição textual como um conjunto de ações interligadas.		X	
Inferir e reconhecer elementos da narrativa.			X
Analisar narrativas ficcionais: enredo, personagem, espaço, tempo e foco narrativo.			X
Produzir texto com organização narrativa.		X	
Recursos ou materiais necessários: Recurso de colaboração, materiais de interesse pessoal do estudante e atividades mais específicas e dirigidas com ele.			
Observações: Necessita de colaboração de um colega ou professor para realização das tarefas e apresenta dispersão na execução das atividades.			

Legenda: RS: realiza satisfatoriamente; RCA: realiza com ajuda; NR: não realiza.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A aprendizagem de Frederico

Temos, então, a caracterização da aprendizagem de Frederico, nosso estudante hipotético. Com isso se pode ter maior clareza de suas necessidades e, portanto, dados mais concretos para realizar a proposta pedagógica. A avaliação demonstra que ele precisa aprender a selecionar textos de acordo com interesses de leitura, perceber a norma-padrão e reconhecer elementos de

narrativa no texto. Desta forma, tanto o professor da classe comum quanto o professor especializado possuem indicadores mais objetivos para o ensino e, como proposto no Plano de Ensino Individualizado (PEI), poderão realizar o planejamento de forma conjunta e/ou complementar, no sentido de agir colaborativamente para a aprendizagem do estudante público-alvo da educação especial.

Para o registro deste planejamento, a literatura nacional e internacional tem apontado o PEI como forma efetiva de acompanhamento da escolarização e aprendizagem deste público e, também, como forma de ensino colaborativo entre professor comum e o da Educação Especial. Pletsch e Glat (2013, p. 22-23) consideram que

O PEI é uma alternativa promissora, na medida em que oferece parâmetros mais claros a serem atingidos com cada aluno, sem negar os objetivos gerais colocados pelas propostas curriculares. [...] pode auxiliar os docentes a planejar ações que possibilitem os alunos [público-alvo da educação especial] participar das atividades e desenvolver aprendizagens escolares, mesmo que com adaptações, a partir das práticas curriculares propostas para a turma em que estiverem matriculados.

O PEI é um documento no qual se registra o planejamento individualizado daqueles que necessitam de análise e proposição mais particularizada para sua aprendizagem, mas que não se afasta do currículo do ano em que o estudante está matriculado. Conforme Magalhães, Cunha e Silva (2013, p. 45),

[...] sua característica básica é constituir-se de um registro escrito avaliativo, formulado em equipe, que busca as respostas educativas mais adequadas para as necessidades educacionais especiais apresentadas em processos de escolarização de estudantes que exigem caminhos alternativos para sua aprendizagem.

A importância da parceria na construção do PEI

A avaliação é de suma importância para se constatar as habilidades e competências já desenvolvidas pelo estudante, para que sejam planejadas situações que viabilizem a aprendizagem desse sujeito.

É oportuno ressaltar que a elaboração do PEI não é tarefa exclusiva do professor da disciplina, mas é recomendável que ele possa contar com a participação de, ao menos, o coordenador pedagógico, o professor especializado e a família, que pode oferecer informações específicas do estudante, assim como, solicitar aos responsáveis pelos estudantes público-alvo da educação especial a anuência na proposta elaborada pela escola. Também seria muito saudável se todos os professores do ano escolar em que o estudante está matriculado se reunissem e pensassem junto o PEI, cada qual em sua disciplina, propostas didáticas para o desenvolvimento curricular desse

estudante, além de estabelecer acordos comuns sobre formas de conduta, critérios de avaliação, estratégias e recursos facilitadores para o estudante. Aqui podemos apontar uma função importante da gestão escolar, que é a de organizar horários de encontros entre os professores para que possam discutir coletivamente o PEI de cada disciplina, na busca de maior articulação entre as áreas e de estratégias de ensino. É um documento importante, porque permite ao professor clareza nas ações a serem desenvolvidas em âmbito geral e as específicas para aqueles que necessitam de algumas adequações em seu processo de aprendizagem.

Nesta disciplina, apresentaremos uma proposta (modelo) de PEI para ser aplicado com base no currículo, mas prevendo adequações para aqueles que delas necessitam. Sugerimos um modelo com o objetivo de orientar o trabalho docente e formas de registro de avaliação e planejamento para que o professor possa, concretamente, elaborar sua proposta e acompanhar sua execução. Ele prevê a articulação com o professor especializado ou, quando for o caso, o encaminhamento do estudante para o Atendimento Pedagógico Especializado (APE) ².

Vale ressaltar que o papel do professor do APE é diferente e complementar ao papel a ser desempenhado pelo professor especialista das disciplinas do currículo. Por exemplo, retomando o caso de Frederico, o professor especialista de Língua Portuguesa deve ensinar os elementos da narrativa, que é um conteúdo específico de sua disciplina. Já o professor especializado deve complementarmente trabalhar com as habilidades requeridas para que o estudante possa compreender tal conteúdo, como a sequência lógica, utilizando os diferentes recursos e estratégias peculiares desse serviço.

Além disso, ao se constatar por meio da avaliação a defasagem de aprendizagem, independente de sua natureza, o estudante tem o direito de ser atendido, seja por meio do APE, da oferta de recuperação com acompanhamento do professor de apoio ou de outras estratégias. Enfim, tem o direito de aprender numa escola para todos e para cada um.

Apresentamos a seguir a proposta do PEI, com a descrição de cada um dos itens que o compõem.

² A Minuta de Resolução que dispõe sobre a Educação Especial substitui a terminologia Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE) por Atendimento Pedagógico Especializado (APE). ₂

Proposta de Plano de Ensino Individualizado

Tabela 2 - Proposta de Plano de Ensino Individualizado - PEI

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO – PEI	
Nome do(a) estudante:	Data de nascimento:
Disciplina:	Ano/série Escolar:

Período de aplicação:	
Professor(a) Responsável:	
Professor(a) Especializado(a):	
Síntese descritiva da avaliação: <i>apresentar uma síntese da avaliação realizada por meio do Referencial de Avaliação Curricular (RAC).</i>	
Habilidades/conteúdos a priorizar: <i>apontar quais serão as habilidades principais a serem priorizadas para o avanço do estudante.</i>	
Conteúdos comuns ao grupo: <i>descrever os conteúdos gerais que serão trabalhados com todos os estudantes da sala de aula.</i>	
Metas/objetivos para o período: <i>apontar quais serão os objetivos principais a serem priorizados para o avanço do estudante.</i>	
Objetivos comuns ao grupo: <i>descrever os objetivos gerais que serão trabalhados com todos os estudantes da sala de aula.</i>	
Atividades em sala de aula compartilhadas com o grupo	
Com adaptações	Sem adaptações
<i>Descrever as atividades que o estudante público-alvo da educação especial precisará de alguma adaptação – de recursos ou de currículo – para viabilizar sua participação com os outros estudantes da sala.</i>	<i>Descrever as atividades que o estudante público-alvo da educação especial possa participar com os outros sem necessidade de adaptações.</i>
Estratégias de ensino: <i>descrever as estratégias didáticas que serão utilizadas pelo professor na busca de garantir a aprendizagem de todos.</i>	
Recursos utilizados: <i>descrever os recursos necessários para atender a especificidade do estudante público-alvo da educação especial.</i>	
Critérios para avaliar os resultados das atividades em sala de aula	
Com adaptações	Sem adaptações
<i>Definir os critérios que serão utilizados para avaliar a execução das atividades pelo estudante público-alvo da educação especial.</i>	<i>Definir os critérios que serão utilizados para avaliar a execução das atividades.</i>
Nível de colaboração do professor especializados	
<i>Definir coletivamente como se dará a contribuição do PEE: se por meio do APE, por itinerância ou por meio do coensino.</i>	
Anuências	Professor: Professor especializado: Professor Coordenador: Pais ou responsáveis:
Local e Data:	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Glat et. al. (2012), Pacheco et. al. (2007) e Majón et. al. (1993).

Indicadores do RAC

Como podemos observar, o documento é simples e poderá ser elaborado a cada bimestre para que o professor tenha clareza dos objetivos ou metas que tem a alcançar de forma geral com todos os estudantes e de forma

específica com o estudante público-alvo da educação especial. Isso posto, o professor terá maior tranquilidade no desenvolvimento de sua aula, pois já tem especificado o caminho a seguir e as expectativas que devem ser alcançadas. A partir disso, poderá elaborar seus planos de aula tendo como referência o planejamento do bimestre, o qual prevê ações educativas a serem implementadas no cotidiano da sala de aula. Para exemplificar, tomemos novamente o caso de nosso estudante hipotético, Frederico, e os indicadores de avaliação que constam no seu Referencial de Avaliação Curricular (RAC).

Apresentação do PEI a partir do caso estudante Frederico

Tabela 3 - Apresentação do PEI a partir do caso estudante Frederico

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO – PEI	
Disciplina: Língua Portuguesa	Data de Nascimento:
Período de aplicação: 1º bimestre (março-abril)	Ano/série Escolar: 6º ano
Professor(a) Responsável: Francisca de Tal	
Professor(a) Especializado(a): Arlete de Tal	
Disciplina: Língua Portuguesa	
Síntese descritiva da avaliação: <i>Frederico, com base em avaliação por meio do Referencial de Avaliação Curricular (RAC) apresenta algumas habilidades em aquisição em conteúdos da Língua Portuguesa, uma vez que as faz com ajuda e poderá fazê-las, depois, de forma independente como a seleção de textos, composição textual, produção de texto com organização narrativa. Ainda não apresenta habilidades de análise da norma-padrão de escrita, reconhecimento de narrativa e percepção dos elementos de uma narrativa: personagem, espaço, tempo e foco narrativo.</i>	
Habilidades/conteúdos a priorizar:	
<p>1. Características de textos narrativos: <i>enredo, personagem, foco narrativo, tempo, espaço, gêneros textuais, aspectos gramaticais (tempo verbal, substantivo, adjetivo, pronomes).</i></p> <p>2. Conteúdo de leitura, escrita e oralidade: <i>leitura e produção, mesmo que oral, de textos narrativos simples; produção de ilustração, participação em roda de conversa.</i></p>	
Conteúdos comuns ao grupo:	
<p>1 <i>Traços característicos de textos narrativos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Enredo, personagem, foco narrativo, tempo, espaço;</i> • <i>Estudos de gêneros textuais;</i> • <i>Gêneros textuais narrativos e suas situações de comunicação;</i> • <i>Estudos linguísticos;</i> • <i>Noção de tempo verbal, modo subjuntivo na narrativa, subjuntivo e os verbos regulares, articuladores temporais e espaciais;</i> • <i>Substantivo, adjetivo, pronomes pessoais, formas de tratamento, verbo, advérbio;</i> • <i>Sinônimos e antônimos;</i> 	

- *Uso dos “porquês”;*
 - *Variedades linguísticas.*
2. *Leitura, produção e escuta de textos narrativos em diferentes situações de comunicação:*
- *Interpretação de texto literário e não literário;*
 - *Fruição;*
 - *Situacionalidade;*
 - *Coerência;*
 - *Coesão;*
 - *A importância do enunciado;*
 - *Produção de síntese;*
 - *Produção de ilustração;*
- *Roda de leitura oral;*
 - *Roda de conversa.*

Conforme proposto no Currículo da SEE, na área de Língua Portuguesa (SÃO PAULO, 2010, p. 44).

Metas/objetivos para o período:

1. *Selecionar textos para a leitura de acordo com diferentes objetivos ou interesses (estudo, formação pessoal, entretenimento, realização de tarefas etc.);*
2. *Inferir e reconhecer elementos da narrativa;*
3. *Analisar narrativas ficcionais: enredo, personagem, espaço, tempo e foco narrativa;*
4. *Produzir texto com alguma organização narrativa: temporalidade, local, situação.*

Objetivos comuns ao grupo:

- *Saber procurar informações complementares em dicionários, gramáticas, enciclopédias, internet etc.;*
- *Selecionar textos para a leitura de acordo com diferentes objetivos ou interesses (estudo, formação pessoal, entretenimento, realização de tarefas etc.);*
- *Analisar a norma-padrão em funcionamento no texto;*
- *Reconhecer o processo de composição textual como um conjunto de ações interligadas;*
- *Inferir e reconhecer elementos da narrativa;*
- *Analisar narrativas ficcionais: enredo, personagem, espaço, tempo e foco narrativo;*
- *Produzir texto com organização narrativa.*

Conforme proposto no Currículo da SEE, na área de Língua Portuguesa (SÃO PAULO, 2010, p. 45).

Atividades em sala de aula compartilhadas com o grupo

Com adaptações	Sem adaptações
<i>Nas atividades de análise de texto narrativo, na busca de seus traços característicos deverá realizar em companhia com um colega mais experiente que receberá orientações no sentido de</i>	<i>Atividades de contação de histórias exercidas pela professora ou colegas; ilustração de histórias, uso de dicionário e similares, dramatizações de pequenos</i>

<p><i>incentivar/questionar Frederico a encontrar alguns traços do texto como qual é o contexto, o personagem, foco narrativo, tempo, espaço.</i></p> <p><i>Exemplo: por meio de projetos de leitura com a utilização de contos, crônicas, histórias.</i></p> <p><i>Nas atividades de leitura, escrita e oralidade utilizar materiais variados e exemplificados concretamente para que compreenda e identifique o gênero textual, os objetivos do texto e identifique textos informativos, para estudo, para recreação etc.</i></p> <p><i>Direcionar sua participação na roda de conversa fazendo perguntas específicas para ele.</i></p> <p><i>Análise de imagens para percepção de situação, personagens, tempo histórico.</i></p> <p><i>Organização de sequências de imagens para compor um texto.</i></p>	<p><i>romances, uso de fantoches para conto de histórias, leitura de interesses variados de todos na sala de aula.</i></p>
--	--

Estratégias de ensino: *Aula dialógica e interativa, com apresentação de materiais diferenciados (por exemplo, roteiros, fichas explicativas, diferentes gêneros textuais, fotos, ilustrações, vídeos etc.), gincanas de identificação de análise de narrativas, dramatizações, produção de narrativas coletivas, tarefas de busca na internet ou em livros, revistas, jornais etc.*

Recursos utilizados: *gêneros textuais diversos: jornais, revistas, livros, gibis. Fantoches. Livros infanto-juvenis de aventura, romance, conto, crônicas.*

Critérios para avaliar os resultados das atividades em sala de aula

Com adaptações	Sem adaptações
<p><i>1. Observar se é capaz de selecionar textos para estudo, para recreação, para informação.</i></p> <p><i>2. Reconhecer elementos da narrativa: fato, tempo, lugar, personagem.</i></p> <p><i>3. Produzir texto com alguma organização narrativa: temporalidade, local, situação.</i></p>	<p><i>• Saber procurar informações complementares em dicionários, gramáticas, enciclopédias, internet etc.</i></p> <p><i>• Analisar narrativas ficcionais: enredo, personagem, espaço, tempo e foco narrativo.</i></p>

Nível de Colaboração do professor especializado:
O professor especializado poderá colaborar orientando o professor da classe comum sobre como lidar com aspectos do comportamento do estudante público-alvo da educação especial, especificamente o que se refere ao seu nível de atenção. Deverá propor ao professor estratégia para ir aumentando seu tempo de atenção à tarefa e também estratégias relacionadas à compreensão textual.

Anuências	Professor: Professor Professor Pais ou responsáveis:	especializado: Coordenador:
-----------	---	--

Local e Data:

Fonte: elaborado pelas autoras.

Analisando os conteúdos e as habilidades

Como descrito no modelo de PEI apresentado e com base no Currículo do Estado de São Paulo de Linguagem, Códigos e Tecnologias (SÃO PAULO, 2010), observamos que é possível atuar a partir das dificuldades do estudante, embora algumas adequações sejam previstas. Por exemplo, o colega mais experiente exercendo a colaboração, os diferentes tipos de texto, atividades mais direcionadas, riqueza dos materiais e a orientação do professor especializado.

Se no caso hipotético se tratasse de um estudante com Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF) ou Deficiência Visual (DV), a análise seria, principalmente, de quais *recursos* seriam necessários para o acesso ao currículo: o uso de Libras, leitura labial, aparelho FM, dependendo do tipo e nível de perda auditiva. No caso da DV, analisar as condições de visão, se com tipos ampliados, se o *Braille*, se de forma periférica ou central. No caso da DF, a análise estaria mais relacionada a posicionamento, linguagem ou necessidade de Comunicação Alternativa e Suplementar, mobiliário e/ou materiais adequados. Toda esta análise deve ser feita com a colaboração direta do professor especializado.

Mas, se o caso fosse de um estudante com Deficiência Intelectual (DI) cuja capacidade de escrita e leitura estivesse no nível funcional, ou seja, uma leitura contextualizada e significativa para as funções que exerce no cotidiano: seu nome completo, endereço, telefone, ônibus, lista de compras, textos de interesse pessoal. Mesmo assim, há possibilidades de um trabalho coletivo em sala de aula, por meio da aprendizagem colaborativa e com gêneros textuais de seu interesse, por exemplo, jornais, gibis, revistas específicas (esportivas, recreativas, de moda etc.). O fato de não escrever fluentemente não significa que não possa criar histórias, participar das produções da sala de aula, colaborar nas ilustrações de textos. Pode-se, utilizar fichas indicativas e de cores diferentes ou de figuras ilustrativas, para que o estudante encontre os verbos, os adjetivos, os substantivos de um texto. Também pode-se lançar mão de atividades com estratégias de reconhecimento visual e auditiva de letras, palavras, quando o caso está relacionado a uma dificuldade mais acentuada de aprendizagem, ou seja, um nível elementar do entendimento do sistema alfabético da Língua Portuguesa.

O desafio é grande, mas o mais difícil é a organização do planejamento didático. De posse do registro proveniente da análise dos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas, o professor poderá trabalhar com maior tranquilidade, uma vez que, passa a ter claro quais são as metas de aprendizagem para este estudante especificamente, permitindo que ele avance em seu conhecimento e desenvolvimento.

Possibilidades de atuação com foco no currículo

Acreditamos que se cada professor focar no currículo, analisando sua disciplina, encontrará múltiplas e infinitas possibilidades de atuação, no sentido de aproximar os estudantes e de propiciar atividades diferenciadas em pequenos grupos, individuais, coletivas; explorando ao máximo o potencial dos estudantes, do conteúdo de sua disciplina, da sua formação e do ambiente pedagógico ofertado pela escola.

Não podemos deixar de mencionar o papel dos gestores da escola, que devem propiciar momentos de reflexão conjunta por meio das reuniões coletivas por ano escolar. O gestor deve, também, promover horários e encontro entre os professores com o professor especializado, apoiar as decisões didáticas e metodológicas dos professores, inclusive, incentivando metodologias mais ativas. Do ponto de vista organizacional, o gestor pode propor uma organização mais participativa do horário de aulas e a provisão de recursos necessários para o trabalho docente e investimento em materiais, equipamentos ou mobiliários que atendam as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

Avaliar e planejar são dois processos complexos do ato pedagógico e exigem esforço coletivo, o qual ainda temos dificuldade de exercer. Além da avaliação curricular, temos outros desafios complexos: um relacionado à identificação dos estudantes que precisam de um suporte mais direto e até mesmo da elaboração do PEI, e outro relacionado ao encaminhamento para o APE.

Assim, a avaliação pedagógica realizada pelo professor especializado será o parâmetro para decisões de encaminhamento para avaliação complementar, psicológica ou clínica e a pedagógica realizada pelo professor da classe comum, a fim de se constatar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e os encaminhamentos necessários a cada caso (recuperação, enriquecimento curricular etc.). Para a recuperação contínua, o estado de São Paulo oferece oportunidades ao professor especialista auxiliar, que atua junto com o professor da classe comum. Além disso, o estudante público-alvo da educação especial pode frequentar o APE.

O processo inclusivo prevê que as ações educativas sejam revistas, reavaliadas e reestruturadas quando necessário, pois uma das implicações da política de inclusão escolar é a certeza de que precisamos construir espaços educativos eficazes, diversificados, ricos em proposições para que todos encontrem o que necessitam para o seu pleno desenvolvimento.

Identificação, avaliação e encaminhamento: algumas diretrizes

A identificação, avaliação e encaminhamento dos estudantes público-alvo da educação especial têm sido problema recorrente na história da educação especial. Identificar e avaliar a condição desse público é tarefa bastante complexa e envolve vários níveis de responsabilidades, seja da escola, de uma equipe multiprofissional e até mesmo da família.

A Resolução SE 11/2008 já dispunha sobre os procedimentos para avaliação do público-alvo da educação especial e as providências para o seu atendimento no APE. Atualmente, considerando-se que cada vez mais a presença desses estudantes se consolida nos sistemas de ensino, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com base nas ações do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE), propõe uma Minuta de Resolução que dispõe sobre as providências relacionadas à Educação Especial, sendo uma delas, orientações sobre a avaliação e identificação do público-alvo da educação especial.

Assim, cabe esclarecer, tendo como referência a Minuta de Resolução a ser brevemente publicada, para a solicitação do APE alguns requisitos precisam ser observados como a avaliação pedagógica e psicológica na área da deficiência intelectual, o laudo médico nas áreas da deficiência auditiva, física, visual, transtornos globais do desenvolvimento e na área das altas habilidades ou superdotação a avaliação pedagógica complementada pela psicológica, se necessário.

A avaliação pedagógica sinaliza a necessidade ou não das avaliações complementares para definição da condição do estudante, se ele possui mesmo deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades. As avaliações realizadas pelos profissionais da área da saúde, seja a psicológica no caso da deficiência intelectual ou a médica nos outros casos, poderão oferecer à escola orientações importantes em relação ao manejo dos estudantes. Por exemplo, a definição do tipo de linguagem da qual o estudante surdo é usuário, a extensão de uma perda auditiva, o funcionamento da visão subnormal e como o professor pode estimular o uso de resíduos visuais, o trato do comportamento agressivo, os mobiliários e suas dimensões adequadas para os que possuem dificuldades motoras, os *déficits* no processamento de informação, causando defasagens nos elementos cognitivo-linguísticos, como atenção, memória, função executiva, entre outras possibilidades da compreensão sobre o funcionamento do estudante. Ressaltamos que todas elas devem ser *complementares* à avaliação pedagógica, pois é o professor que conhece o currículo, a didática e as estratégias de ensino para oferecer ao estudante o conhecimento que lhe é necessário para o seu desenvolvimento escolar.

A descentralização dos serviços do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE)

Para viabilizar a ocorrência da avaliação psicológica ou do laudo médico, em 2013 foi iniciado o processo de descentralização dos serviços do CAPE. Polos regionais foram implementados, formados por equipes multidisciplinares, para atender e prover o suporte necessário aos estudantes público-alvo da educação especial.

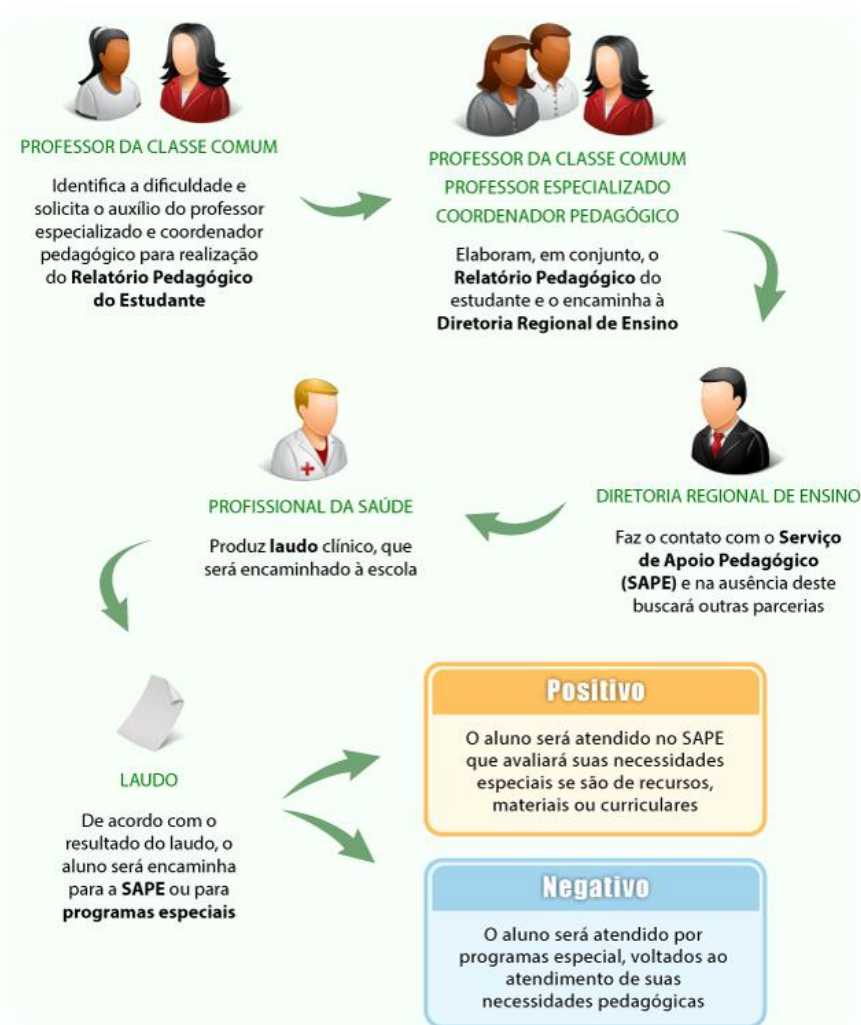
Tais providências de descentralização do CAPE e publicação de nova legislação orientadora se justificam devido ao fato do encaminhamento ao APE ser garantido e reservado *exclusivamente* aos estudantes público-alvo da

educação especial. Esse atendimento não deve ser entendido como reforço escolar, mas como complementação do trabalho desenvolvido na sala regular.

Fluxo dos procedimentos de identificação

Para regular os procedimentos de identificação, avaliação e encaminhamento, a Secretaria de Educação Especial do Estado de São Paulo propõe um procedimento ou um protocolo a ser seguido pelas escolas e busca consolidar a cultura do registro do processo de encaminhamento, assegurando que sejam realizadas as avaliações pedagógica e psicológica ou clínica.

Assim, o fluxo de avaliação tem início com o professor da classe comum, que é o primeiro a identificar uma dificuldade e junto com o professor coordenador e o professor especializado, fará o relatório pedagógico do estudante, destacando a necessidade de avaliação complementar para o diagnóstico e laudo psicológico ou médico (conforme a área a ser avaliada), quando o estudante ainda não tiver, pois na atualidade muitos estudantes já são identificados pela área médica na educação Infantil. A escola providenciará o encaminhamento do relatório pedagógico à Diretoria Regional de Ensino que ficará responsável em realizar contato com o CAPE local ou regional e, na ausência deles, buscará parcerias que possam estar disponíveis para colaborar com a escola e avaliar o estudante. O profissional da saúde, então, fará o laudo clínico ou psicológico a ser encaminhado à escola para que o estudante, se for o caso, tenha acesso ao APE. O fluxo seria o seguinte:



Quando o estudante não é Público Alvo da Educação Especial

O estudante pode apresentar dificuldades em sua aprendizagem, mas ao realizar uma avaliação clínica ou psicológica não se constatar ser público-alvo da educação especial, então, não terá acesso ao APE. Porém, a escola deverá pensar em programas alternativos nas áreas em que se apresentam as dificuldades para atender as necessidades desses estudantes. No caso da rede estadual de ensino, esse estudante tem garantido pela Resolução SE nº 02, de 12 de janeiro de 2012 (SÃO PAULO, 2012) estudos de recuperação contínua, com a presença de um professor auxiliar, conforme consta nos artigos 1º e 2º:

Artigo 1º - Dentre os mecanismos de apoio aos processos de ensino, os estudos de recuperação devem ser oferecidos pela escola para assegurar ao aluno o direito de aprender e de concluir seus estudos dentro do itinerário regular do ensino fundamental ou médio previsto em lei.

Artigo 2º - Os estudos de recuperação de que trata o artigo anterior distinguem-se pelos momentos em que são oferecidos e pelas metodologias utilizadas em seu desenvolvimento, caracterizando-se basicamente como estudos de Recuperação Contínua e de Recuperação Intensiva.

O Professor Auxiliar

O artigo 4º dessa Resolução aponta para a função do Professor Auxiliar, que é a de apoiar o professor responsável pela classe ou disciplina no desenvolvimento de atividades de ensino e de aprendizagem, em especial as de recuperação contínua, oferecidas aos estudantes dos ensinos fundamental e médio, com vistas à superação de dificuldades e necessidades identificadas em seu percurso escolar.

O estudante terá direito a até três aulas semanais distribuídas nas disciplinas (no máximo três) em que apresenta defasagem na aprendizagem. Todo este trabalho visa garantir ao estudante, através de metodologias diferenciadas, a oportunidade de desenvolver as habilidades que ele ainda não domina. Nas escolas de Ensino Integral, onde o estudante é atendido por um período mais longo, não existe o professor auxiliar, já que o modelo oferece aulas de Orientação de Estudo, voltadas para o nivelamento, onde o trabalho é também direcionado ao desenvolvimento das habilidades ainda não dominadas.

Algumas considerações

Como observamos, a avaliação e o planejamento envolvem vários aspectos a serem considerados, tanto gerais quanto específicos, para que a escola e a sala de aula se tornem inclusivas.

Não há dúvida da necessidade de um intenso trabalho coletivo, que envolve desde as políticas educacionais no âmbito da Secretaria da Educação até as escolas e as salas de aula. No âmbito da escola ainda temos outro ponto a ser pensado: a terminalidade específica, a qual se trata de uma decisão pedagógica e administrativa. Portanto, o gestor deve estar atento a esta possibilidade para alguns estudantes que possuem condições mais comprometedoras para o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Para conhecer mais sobre o assunto, sugerimos que você acesse e estude a Portaria Conjunta CENP/COGSP/ CEI, de 6 de julho de 2009, cujo acesso pode ser feito pelo endereço http://www.sindicatoapase.org.br/Portaria%20Conj%20de%2006_07_2009.htm.

O caminho é longo e difícil, mas precisamos ter envolvimento em ações cada vez mais abertas à diversidade, construindo estratégias orientadoras para uma prática educacional e pedagógica inclusiva.

Referências

MAGALHÃES, J. G.; CUNHA, N. M.; SILVA, S. E. Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento de aprendizagem mediada: pensando sobre práticas pedagógicas. In: GLAT, R., PLETSCHE, M. D. *Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013.

MAJON, D. G.; GIL, J. R.; GARRIDO, A. A. Adaptações Curriculares. In: BAUTISTA, R. (Org.). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro, 1993.

PACHECO, J. et. al. *Caminhos para inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. *Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013, p. 17-32.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Secretaria da Educação. São Paulo: SEE, 2010.

Bibliografia Consultada

HERNÁNDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: Os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VILAS BOAS, B. M. F. O projeto Político-Pedagógico e a Avaliação. In: VEIGA, I.; RESENDE, L. (Orgs.) *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas: Papyrus, 2001.

Crédito das ilustrações

Ilustração 1.
(20. Fluxo dos procedimentos de identificação). Luciano Nunes Malheiro. O fluxo dos procedimentos de identificação. Núcleo de Educação a Distância da Unesp, 2014. Ícones utilizados: "E-commerce & business icons" by [Design Contest](#); "Vista People" by [Icons Land](#).